

A Frequência Escolar e a Educação a partir do ponto de vista das Beneficiárias do Programa Bolsa Família

The School Attendance and Education from the point of view of “Bolsa Família” Cash Transfer Program beneficiaries

Ana Paula Speck Feijó¹

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, Campinas-SP, Brasil

André Pires²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas-SP, Brasil

Resumo

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política de transferência de renda, implantada pelo governo federal, em 2003, que visa combater a pobreza. Destina-se a famílias com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00. O desenho do PBF busca enfrentar a pobreza articulando ações em dois períodos temporais. Em curto prazo, transferir renda diretamente às famílias, atuando na redução da chamada pobreza absoluta. Em longo prazo, combater a chamada transmissão intergeracional da pobreza, por meio de condicionalidades vinculadas à saúde e, sobretudo, à educação. Em relação à educação, é exigida frequência escolar mínima de 85% para as crianças entre 6 e 15 anos de idade, e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade. O pressuposto deste entendimento, que vincula transferência de renda com exigência de frequência escolar, é que as crianças e jovens, ao entrarem cedo no mercado de trabalho, diminuiriam a sua escolaridade e reduziriam drasticamente suas chances de sair da pobreza quando adultas. Este artigo visa compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza, de acordo com os pontos de vista dos próprios titulares das famílias beneficiárias pelo PBF, residentes na região sul do município de Campinas (SP), Brasil. Os resultados da pesquisa realizada indicam que as entrevistadas não tiveram problemas em cumprir com as exigências das condicionalidades em educação, uma vez que nenhuma verbalizou dificuldades no sentido de não conseguir vagas ou acesso à escola para seus filhos. Treze das quinze entrevistadas afirmaram que seus filhos estariam na escola mesmo se não estivessem participando do Programa Bolsa Família. Todavia, quanto mais avançada a idade do filho, mais difícil se torna a tarefa de cumprir com a exigência, conforme atestam suas falas. No tocante à compreensão sobre a educação e o papel que esta desempenha no enfrentamento da pobreza, as mães expressam a convicção de que a educação trará possibilidades de mudanças, seja para elas, seja para seus filhos. No entanto, com diferentes matizes que se relacionam com a própria escolaridade das entrevistadas. Para algumas mães, a possibilidade de um dia elas ou seus filhos fazerem alguma faculdade “genérica” ainda faz parte dos planos. Para outras, a possibilidade de entrar no mundo do letramento. No entanto, as respostas denotam certa insatisfação com a qualidade do ensino oferecido e, relacionado a esta compreensão, expectativas modestas

- 1 Mestre em Educação na PUC - Campinas. Pós-graduação lato sensu em Saúde Pública, em Gerenciamento em Saúde e Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem pela UFRGS (2000 e 1997). Atualmente é Docente Coordenadora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC Campinas. E-mail: anapaulaspeck@yahoo.com.br
- 2 Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Atualmente é Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: anpires@puc-campinas.edu.br

sobre a educação oferecida. Mais importante do que os conteúdos e vivências da escola, o que parece de fato fazer a diferença no futuro é passar pelos ciclos escolares e obter o diploma.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Pobreza, Frequência Escolar, Educação.

Abstract

The “Programa Bolsa Família” (Family Income Program) is a cash transfer policy implemented by the Brazilian federal government in 2003, which it aims to fight poverty. It benefits families with per capita income equal or inferior to R\$ 140.00. The program design seeks to face the poverty by articulating actions in two periods of time. In short term, to transfer income directly to the families, acting in the reduction of the so-called absolute poverty. In long term, to fight the so-called intergenerational transmission of poverty by means of conditionality’s associated to health, and above all, education. Regarding education, it is required a minimum school attendance of 85% for children between 6 and 15 years of age, and 75% for adolescents between 16 and 17 years of age. The assumption of this understanding, which ties the transference of income to the school attendance requirement, is that children and adolescents, if entering early in the labor market, would reduce their schooling and therefore drastically reduce their chances of leaving poverty when becoming adults. This article aims to understand how the relation between school frequency and poverty output is established, according to the point of view of the very PBF beneficiary families resident in the south of Campinas municipality (SP), Brazil. The research results indicate that interviewees had no problem to fulfill the conditional education requirements, once none verbalized having had difficulty to obtain school vacancy or access for their children. Thirteen of the fifteen interviewees affirmed that their children would be in the school even if they had not been participating in the Family Allowance Program. However, the higher the children’s age, the more difficult becomes the task to fulfill the requirement, as their speech certify. Regarding the comprehension about education and the role it plays in the confrontation with poverty, the mothers express conviction that education will bring forward possibilities of change either for them or for their children. Nevertheless, with different shades that relate with the schooling of the interviewees themselves. For some mothers, the possibility that one day they or their children attend some “generic” college still is part of their plans. For others, it is the possibility of entering the world of literacy. However, answers denote certain dissatisfaction with the quality of education offered, and regarding this understanding, the expectations are modest on the offered education. More important than the content and experience of school, what seems in fact to make a difference in the future of these children is to go through the pertaining school cycles and get the diploma.

Key-words: Cash Transfer Program, Poverty, School Attendance, Education.

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda do governo federal, criado em 2003, destinado às famílias e aos indivíduos pobres cuja renda *per capita* não ultrapasse o limite de R\$140,00 (cento e quarenta reais). Para receber o benefício, que varia de acordo com a renda *per capita* e com o número de filhos, exige-se o cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Por apresentar tal característica, de condicionar o benefício ao cumprimento de certas exigências por parte dos beneficiários, o PBF se diferencia de outras políticas

de transferências de renda no Brasil e no exterior. De um lado, das chamadas transferências de renda previstas na Constituição Federal de 1988, notadamente em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual, embora focalizado em indivíduos pobres idosos ou deficientes, não condiciona o recebimento do benefício a qualquer contrapartida.³ De outro, das chamadas propostas de Renda Básica de Cidadania que se caracterizam por serem universais, isto é, voltadas para todos, ricos e pobres sem comprovação de renda, pagas individualmente e sem nenhuma exigência de contrapartida (VANDERBORGHT; VAN PARIJS, 2006)⁴

A formulação do Programa Bolsa Família relaciona-se com os programas de transferência de renda não constitucionais que o precederam, em especial, às experiências de Programas de Garantia de Renda Mínima encabeçados por prefeituras municipais, como as de Campinas (SP) e de Ribeirão Preto (SP), assim como pela experiência do Programa Bolsa Escola do Distrito Federal, todos iniciados em 1995.⁵ No desenho original do Programa Bolsa Escola do Distrito Federal, por exemplo,

“toda família que não ganhasse pelo menos meio salário mínimo mensalmente per capita, com crianças de 7 a 14 anos, residindo no Distrito Federal há pelo menos cinco anos, teria o direito de receber um salário mínimo por mês, desde que suas crianças tivessem 90% de comparecimento às aulas” (SUPLICY, 2004, p. 135-136).

Nota-se, e esta é uma característica comum dos programas de transferência com condicionalidades em educação, que a exigência de frequência escolar mínima para receber o benefício suplanta àquela prevista pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) que estabelece frequência escolar mínima de 75% para aprovação de crianças e jovens neste intervalo de idade.

Em relação ao Programa Bolsa Família, exige-se para o recebimento do benefício frequência escolar mínima de 85% para as crianças e jovens entre 6 e 15 anos e de 75%, para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade. Na área saúde, acompanhamento nutricional e das vacinas dos filhos até completarem 7 anos, realização de exames pré-natais, para gestantes e acompanhamento de nutrizes entre 14 e 44 anos.

De acordo com (FONSECA, 2001) e (SUPLICY, 2004), a exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens, em programas de transferência de renda no Brasil, surgiu a partir de contribuições do economista José Márcio de Camargo às propostas iniciais dos Programas de Garantia de Renda Mínima, encabeçadas pelas prefeituras municipais na década de 1990. No entendimento de Camargo,

[...] as crianças pobres saem cedo da escola, se engajam em trabalhos pouco qualificados e sem perspectivas profissionais. Sua contribuição para a renda familiar de hoje é relativamente grande, mas serão os pobres de amanhã. Nessas condições, aumentar a renda da família é fundamental para que ela possa

3 Por ser um benefício previsto na Constituição Federal, o valor de repasse do Benefício de Prestação Continuada corresponde a um Salário Mínimo, o que o torna mais eficiente para retirar os indivíduos da condição de pobreza em relação ao PBF, cujos valores de repasse são inferiores a este patamar. Todavia, como assinalou Sônia Rocha, a existência de dois sistemas paralelos de transferência de renda do governo federal focalizado nos pobres (ROCHA, 2013, p. 159) coloca certos desafios, tanto de ordem operacional, como em relação à efetividade destas políticas.

4 Na visão de Eduardo Suplicy, o Programa Bolsa Família representaria o início da implantação da Renda Básica de Cidadania no Brasil (SUPLICY, 2004, p. 19) a qual, embora tenha sido sancionada pelo Presidente Lula (2003-2009) em 2004 (Lei no 10.835, de 8 de janeiro de 2004), nunca saiu do papel.

5 Deixaremos de lado neste artigo a discussão sistematizada em relação à vinculação do Programa Bolsa Família com as Políticas de transferência de renda que o precederam e suas relações com o sistema de proteção social do Brasil. O leitor poderá encontrar mais informações sobre estes temas em (FEIJÓ, 2014); (COHN, 2012); (PIRES, 2013); (SUPLICY, 2004); (SILVA, YAZBEK e DI GIOVANNI, 2007) entre outros.

manter seus filhos na escola e quebrar este elo entre pobreza de hoje e pobreza do futuro (CAMARGO, 26 de Dezembro de 1991).

Num recente texto, elaborado para celebrar os dez anos de existência do PBF, a atual ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sintetizou essa intenção dos formuladores no tocante ao efeito da exigência de frequência escolar. “Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza” (CAMPELLO, 2013, p. 15).

Embora não se refira especificamente sobre políticas de transferência de renda, Carlos Antonio Costa Ribeiro sintetizou o argumento que fundamenta a incorporação da educação como forma de enfrentamento da chamada “transmissão intergeracional” da pobreza. Em suas palavras:

A educação é um dos principais meios de acesso a posições ocupacionais e de renda hierarquicamente superiores, logo a diminuição das desigualdades de acesso à educação seria uma das principais maneiras de combater a transmissão de desigualdades ao longo das gerações. (RIBEIRO, 2011, p. 41)

Em relação à chamada transmissão intergeracional da pobreza, o ponto a ser enfatizado, fundamental nos estudos sobre mobilidade social para a área de Sociologia da Educação, é compreender se as famílias, numa perspectiva intergeracional, transmitem ou não lugares na escala sócio-ocupacional ou no tipo de inserção profissional a partir da formação escolar e, em sentido complementar, para qual direção caminha esta transmissão, se para cima, para baixo ou se permanece neutra. Como veremos adiante, tal compreensão nos leva a refletir sobre os sentidos que adquirem as certificações escolares no âmbito desses projetos familiares (TOMIZAKI, 2013). A julgar pelas premissas que fundamentam o desenho do Programa Bolsa Família, tudo indica que os formuladores desta política de transferência de renda apostaram no efeito positivo, isto é, para cima, que o acesso à educação proporcionaria em relação à mobilidade social, tanto educacional como de renda, numa perspectiva intergeracional.

Em outro trabalho, (PIRES, 2013) resenha algumas objeções, de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, em relação às possibilidades de ascensão e mobilidade social intergeracional a partir da escolarização. Pires, por exemplo, retoma o trabalho do sociólogo Pierre Bourdieu e sua compreensão a respeito do caráter conservador das instituições escolares à medida que estas instituições, na visão deste autor, reforçam e chancelam as estruturas sociais responsáveis pela manutenção da desigualdade social (BOURDIEU, 2010). Outros estudos, como o de Robert Castel, apresentam os desafios impostos pelos processos de reestruturação produtiva e de crise da chamada sociedade salarial, sobretudo, em termos do crescimento da precariedade e do desemprego de setores com alta escolaridade (CASTEL, 2010).

Sobre este último aspecto, a pesquisa de (TOMIZAKI, 2013) oferece exemplos instigantes que indicam os limites dos ganhos de escolarização numa perspectiva intergeracional, mesmo para aqueles que conseguiram bons empregos. Tendo por referência pesquisa realizada com jovens e seus respectivos pais empregados na empresa Mercedes-Bens do Brasil, de São Bernardo do Campo (SP), a autora sugere que na perspectiva intergeracional houve crescimento da mobilidade educacional, mas sem o devido acompanhamento do crescimento da renda em relação à geração dos pais. Resulta desse processo certa frustração tanto dos pais como dos filhos. O

trabalho nas fábricas, embora bem remunerado em relação às outras ocupações, é visto pelo jovens como algo temporário e pouco satisfatório em termos de suas possibilidades de crescimento e realização profissional.

Sendo assim, em que pese o fato de que as trajetórias escolares destes jovens tenham sido, em sua maioria absoluta, bem-sucedidas, o projeto futuro profissional que deveria resultar delas tem exíguas chances de realização, o que resulta em um desconforto para pais e filhos (TOMIZAKI, 2013, p. 101).

O resultado das pesquisas apresentadas aponta para o questionamento da premissa presente no desenho do Programa Bolsa Família em relação ao papel positivo da exigência da frequência escolar para crianças e jovens como fator de enfrentamento da chamada transmissão da pobreza intergeracional. Na percuciente observação:

Em poucas palavras, não se sabe ao certo quão necessárias são as condicionais, quanto se gasta para controlá-las e o que exatamente se ganha com isso (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007, p. 14).

A pesquisa que fundamentou a elaboração deste artigo, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas e que resultou em dissertação de mestrado (FELJÓ, 2014), foi articulada a partir da seguinte indagação: como se estabelece a relação entre a exigência de frequência escolar do PBF e a saída da pobreza a partir do ponto de vista das próprias beneficiárias do programa? Dito de outro modo, de que maneira as titulares do benefício compreendem o vínculo presente no desenho do PBF entre educação e saída da pobreza. Em termos das metodologias de análise de políticas públicas, esta investigação se situa no campo da avaliação a partir do ponto de vista dos beneficiários. Parte-se do entendimento de que a análise dos significados atribuídos pelos beneficiários de uma política pública constitui conhecimento legítimo e importante para sua compreensão e aprimoramento. Tal como formulado por Minayo:

O respeito ao ponto de vista da população-alvo se dá, portanto, não como estratégia de dominação, mas para modificar os pontos de estrangulamento dos serviços a que ela tem direito e deve reivindicar. É sobre esse objetivo que se redefine o conceito de política social: ela não é vista apenas como uma ação de estado em direção à população, mas como um direito para o qual ela deve opinar em termos de efetividade e qualidade (MINAYO, 1991, p. 236).

Com intuito de refletir sobre essas questões, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, foram entrevistadas 15 (quinze) beneficiárias do programa Bolsa Família, residentes na região sul de Campinas (SP), com filhos entre 13 e 17 anos de idade e matriculados em escolas da rede pública de ensino desse município. A escolha desta faixa etária se justifica pelo fato dessas mães já apresentarem contato com a escola há pelo menos seis anos, podendo oferecer relatos pautados por essa experiência.

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (SÃO PAULO, 2010), 5,4% da população campineira urbana vive em alta vulnerabilidade e 7,85% vive em vulnerabilidade muito alta. Cabe ressaltar que dos empregos formais da cidade, 56,99% estão na área de Serviços, 22,77% no Comércio, 4,83% na Construção, 15,4% na Indústria e 0,3% na Agricultura, Pecuária e áreas afins. Com relação ao

Programa Bolsa Família temos a seguinte distribuição a partir de informações do Censo⁶ demográfico 2010:

Tabela 1 – Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais beneficiárias do PBF/PETI de acordo com regiões do município de Campinas.

	População Total	% por area e regioao	Total da populacao > 10 anos	% Populacao Total	% Populacao > 10 anos	Populacao que recebem Bolsa Família	% Populacao que recebe Bolsa
REGIAO CENTRAL	79.449	7,36%	74.257	6,87%	7,82%	216	0,99%
REGIAO LESTE	88.016	8,15%	78.028	7,22%	8,21%	1.474	6,76%
REGIAO NORTE	185.855	17,21%	166.089	15,38%	17,48%	2.233	10,25%
REGIAO OESTE	312.546	28,94%	274.007	25,37%	28,85%	7.538	34,59%
REGIAO SUL	333.667	30,89%	286.203	26,50%	30,13%	9.149	41,99%
DISTRITOS	80.580	7,46%	71.341	6,60%	7,51%	1.181	5,42%
Total	1.080.113	100%	949.924	88%	100%	21.790	100%

Referencias:

IBGE - Bairros e regiões da cidade de campinas, pesquisado em 07/10/2012 em http://www.solbrilhando.com.br/Campinas/Cidade/Bairros_01_texto.htm

IBGE - Dados do censo de 2010

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

As entrevistadas foram selecionadas no Distrito de Assistência Social da Região Sul, local do escritório descentralizado do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT), administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) da Prefeitura Municipal de Campinas, onde são feitas as inscrições e acompanhamento dos cadastrados no programa Bolsa Família da região sul. A escolha desta área da cidade é justificada pelo fato de nesta localização estarem concentradas 42% das famílias beneficiárias pelo PBF em Campinas de acordo com o censo de 2010, conforme pode ser observado no quadro acima. As entrevistas foram realizadas em dez datas e períodos diferentes, sendo utilizadas seis manhãs e quatro tardes, com uma duração aproximada de 25 a 40 min. Para realização das entrevistas foi criado um roteiro estruturado a partir de quatro dimensões: caracterização da entrevistada e de sua família; formas de obtenção de renda; percepções das entrevistadas sobre o Programa Bolsa Família e percepções das entrevistadas sobre a educação e a escola.

O formato para o recrutamento das pessoas buscou criar condições para uma seleção variada do conjunto das entrevistadas em termos de idade, número de filhos, dias e horários que frequentam o serviço e tempo de permanência no programa. É o que se pode observar na tabela abaixo:

6 Em relação aos problemas em utilizar os Microdados do Censo Demográfico para caracterizar os beneficiários do Programa Bolsa Família, consultar (PIRES, 2013b).

Tabela 2 – Caracterização das entrevistadas quanto aos arranjos familiares, idade, número de filhos, participação em outros programas além do PBF, escolaridade e valor recebido pelo programa em 2012.

Nomes fictícios	Arranjo familiar	Idade da entrevistada	Nº filhos	Local de Nascimento **	Tempo de PBF / Participação em outros programas além do PBF	Escolaridade da entrevistada	Valor recebido PBF em 2012 *
Maria	Monoparental	31	7	Bahia	9 anos/no passado renda mínima.	Analfabeta	R\$ 840,00
Ana	Nuclear	Não definido	1	Paraná	9 anos/no passado renda mínima e bolsa escola. aposentada	Analfabeta	R\$ 840,00
Aparecida	Monoparental	31	3	Campinas	1 ano/no passado renda mínima e cesta básica.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 1.608,00
Rose	Nuclear	34	4	Pernambuco	4 meses/não.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 2.070,00
Dalila	Monoparental ampliada	39	5	Paraná	6 anos/não.	Ensino Fundamental incompleto	R\$ 1.692,00
Irani	Nuclear	39	3	Minas Gerais	9 anos/no passado renda mínima.	Fundamental incompleto	R\$ 840,00
Nilza	Nuclear	45	2	São Paulo	4 anos/ atualmente renda mínima.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 840,00
Jéssica	Monoparental	48	4	São Paulo	9 anos/no passado renda mínima e atual cesta básica.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 938,00
Sara	Nuclear ampliada	49	6	Campinas	2 anos/não.	Ensino fundamental incompleto	R\$ 768,00
Sandra	Monoparental	39	2	Campinas	3 anos/no passado renda mínima.	Ensino fundamental completo	R\$ 768,00
Lara	Monoparental	34	5	Paraná	6 anos/não.	Ensino fundamental completo	R\$ 2.862,00
Sol	Nuclear	33	2	Ceará	2 anos/não.	Ensino médio completo	R\$ 1.608,00
Cleo	Monoparental	36	3	Minas Gerais	4 anos/não.	Ensino fundamental completo	R\$ 1.604,00
Gersi	Nuclear	41	3	Bahia	4 meses/não.	Ensino médio completo	R\$ 128,00
Cleide	Monoparental	32	5	Campinas	4 anos/não.	Ensino médio completo	R\$ 2.512,00

*Os valores repassados a cada participante durante o mês de 2012 foram retirados do Portal da Transparência, acesso em 19/09/2013 em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das entrevistas.

As entrevistadas, todas mulheres, têm entre 31 e 49 anos de idade. Esse é um dado diferenciado da amostra desta pesquisa quando comparamos com outros trabalhos desenvolvidos junto às beneficiárias da Bolsa Família (PIRES, 2013b, por exemplo). Associamos a idade mais avançada das participantes desta pesquisa ao fato de ter sido colocado, como pré-requisito para participar do estudo, ter filhos entre 13 e 17 anos. Outro fato distintivo é que as mães que compõem a amostra estudada não possuem filhos matriculados em uma escola específica. Elas falaram sobre a educação e as escolas frequentadas por seus filhos a partir de experiências bastante variadas no que se refere aos estabelecimentos escolares.

Sete entrevistadas tinham quatro ou mais filhos no momento da entrevista, enquanto as demais tinham entre um e três filhos. Esse é um fato que, também, pode

ser associado à idade mais avançada das mães. Os filhos destas mulheres somam um total de 53 pessoas e estão distribuídos, quanto à idade, entre 1 e 29 anos.

Embora todas já tenham, em algum momento, vivenciado um relacionamento conjugal, sete entrevistadas possuíam companheiro e oito estavam separadas, no momento das entrevistas.

Com relação ao trabalho, quatro entrevistadas nunca trabalharam com registro em carteira de trabalho, ao passo que onze afirmaram ter trabalhado com registro em algum período. No momento das entrevistas, apenas duas relataram trabalhos formais - uma atuava como auxiliar de cozinha e a outra como auxiliar de limpeza. Oito entrevistadas afirmaram realizar atividades informais para obter rendimentos e contribuir com o sustento da família, destas, quatro atuavam como diaristas. Duas entrevistadas se identificaram como do lar e uma das entrevistadas era aposentada.

A escolaridade das integrantes da amostra é bastante variada, pois há duas não alfabetizadas, sete com ensino fundamental incompleto, três com ensino fundamental completo, e três com ensino médio completo. Outro aspecto distintivo é que, das quinze entrevistadas, oito já foram ou são beneficiárias de outros programas de transferência de renda além do Bolsa Família, o que nos leva à constatação de que muitas dessas famílias têm uma longa vivência em programas dessa natureza.

Na organização do texto trabalharemos, num primeiro momento, com os pontos de vista das beneficiárias sobre a frequência escolar e sobre a escola para, em seguida, tratarmos das percepções das mães com relação à educação. Finalizaremos com uma síntese de nossas reflexões nos comentários finais.

Percepções das beneficiárias sobre a frequência escolar e a escola

Ao analisar as entrevistas, vê-se que, para essas famílias, fazer com que as crianças sejam inscritas na escola e frequentem as aulas é obrigação dos pais e dever das crianças. Todas as entrevistadas referem que a exigência da frequência é o mínimo que o governo pode fazer e que é muito importante, uma vez que mesmo sendo algo esperado dos responsáveis pelas crianças, nem todos têm esse compromisso com a escolaridade dos filhos. Portanto, exigir a presença das crianças na escola é fundamental e nada difícil de cumprir. Há algumas razões relacionadas que fundamentam essa percepção.

Primeiro, porque se trata de um dever dos pais e, assim, o programa só vem a reforçar algo que já é feito. Como observamos nesta fala, “o programa está muito certo em cobrar isso!” (Cleide Ensino Médio Completo, 5 filhos). Vemos também esta percepção na fala de Rose:

É bom! Não é? É muito bom, demais! Porque as minhas crianças não faltam à escola, de jeito nenhum! Quando está chovendo elas também vão (ROSE, *Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos*).

Simon Schwartzman (SCHWARTZMAN, 2009) faz uma reflexão sobre as condicionalidades do PBF e sobre a ideia, para ele equivocada, de que os problemas da educação seriam de demanda, enquanto, na verdade, são de oferta. Na visão do sociólogo, antes da implantação das primeiras iniciativas de programas de transferência de renda, no âmbito das administrações municipais no decênio de noventa

do século passado, o acesso das crianças à escola era uma questão relevante. Como demonstrou Rocha (2013):

[...] no início da década de 1990, quando o programa Bolsa Escola foi proposto, o acesso à escola na idade de escolaridade obrigatória, que era então de 7 a 14 anos, estava longe de estar universalizado: dos 27,6 milhões de crianças nesta faixa etária apenas 88% frequentavam a escola [...] em 1998, a questão da frequência à escola não era mais uma questão central: 95% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola naquele ano, sendo que a não frequência tinha determinantes específicos, não vinculadas exclusivamente à baixa renda (ROCHA, 2013, p. 23).

Considerando os indicadores educacionais da década de 1990, a exigência de frequência escolar contribuiria para o acesso à escola de crianças e jovens formalizada pela matrícula. Na primeira década do século XXI, Schwartzman (2009) e (DRAIBE, 2009) indicam em suas pesquisas que o principal problema da educação básica brasileira já não é mais o acesso a escola, que praticamente se universalizou na faixa até 14 anos, mas os desafios que se colocam em relação à permanência das crianças e jovens no sistema escolar até completarem os ciclos previstos. Assim, pode-se afirmar que o termo frequência escolar adquire um matiz diferente. Já não se trata de pensá-lo como a ponte para o acesso à escola, mas de designar maior preocupação com os processos formativos escolares ao longo dos diferentes ciclos. É nesse sentido que os autores afirmam estar na dimensão da oferta dos serviços educacionais o maior problema a ser enfrentado, o que os levam a considerar os desafios relativos à qualidade do ensino oferecido.

Com posições teóricas diversas, outros autores têm corroborado os novos desafios do sistema educacional brasileiro a partir do movimento de expansão e universalização do ensino fundamental observado nas últimas décadas. É o caso da formulação de Romualdo Oliveira de que a universalização do ensino fundamental obrigatório fez com que as “contradições mudem de lugar” (OLIVEIRA, 2007, p. 666) Na visão do autor, o limiar do século XXI já indica que não se trata mais de reivindicar o acesso, permanência e conclusão dos alunos no ensino fundamental, mas de refletir sobre duas demandas que emergem deste novo contexto: de um lado, a pressão para a expansão do ensino médio e, de outro, a pressão pela qualidade do ensino ofertado. Em relação a esta última demanda, a inquietação de Oliveira pode ser sintetizada na seguinte indagação: por que, a despeito dos setores mais pobres de nossa população acessarem, permanecerem e concluírem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional o ensino fundamental ainda permanecem os mecanismos de exclusão? Sua resposta aponta na seguinte direção:

A superação da exclusão por falta de escolas e pelas múltiplas reprovações tende a visibilizar a exclusão gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente, remetendo ao debate acerca da qualidade do ensino. É a qualidade “que oprime o cérebro dos vivos” e ocupa o centro da crítica ao processo presente de expansão, tornando-se a questão central da política educacional referente à educação básica nos próximos anos (OLIVEIRA, 2007, p. 686-687)⁷.

7 Interpretação semelhante pode ser observada em Francisco Luna e Hebert Klein: “A universalização não significou igualdade de oportunidades, uma vez que a massificação do ensino primário e secundário se deu em detrimento da qualidade” (LUNA; KLEIN, 2009, p. 99) Apud (NEVES, 2013, p. 282).

Veremos a seguir, como a questão da qualidade do ensino aparece nas falas das entrevistadas. Por ora, torna-se importante enfatizar que a análise das entrevistas corrobora o entendimento de que a exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens em idade escolar não é um problema para essas famílias de baixa renda. Para treze das quinze entrevistadas, a frequência dos filhos na escola estaria mantida, independente da existência do programa, corroborando a ideia de que as contradições mudaram de lugar. Não podemos descartar, no entanto, que essa é uma fala esperada, pois são mães que estão sendo entrevistadas dentro de um espaço onde é realizado o cadastramento do PBF, que tem como condicionalidade a frequência escolar.

Torna-se útil analisar os sentidos das falas daquelas mães que se contrapuseram à maioria. Na opinião das duas entrevistadas cujos filhos não estariam frequentando a escola se não estivessem no programa, o dinheiro representaria um fator muito mais importante para garantir a presença dos filhos na escola. Na fala dessas entrevistadas fica evidente que seus filhos, ambos adolescentes, estão na escola porque gostam de ter o dinheiro do programa, para comprar bens que, em geral, sem esse valor não seria possível adquirir.

Eu acho que ela [filha de 13 anos] não estaria na escola não! Porque a única coisa para ela, é que ela recebe o dinheiro para comprar as coisas que quer! (ANA, Analfabeta, 1 filha de 13 anos).

Não, já tinha parado! Porque que nem eu falo pra ele: é você quem sabe! Se você quiser ficar sem, você avisa. É só você parar de estudar que eu tiro. Aí, nós avisamos lá no Bolsa Família. Nossa! Eu sou obrigado a estudar na força (Mãe simula fala do filho). Ele sempre fala isso. Ele não gosta muito, mas ele vai. Na força, mas vai! (SANDRA, Ensino Fundamental Completo, 2 filhos, um de 17 anos e uma de 21 anos).

Dentre os aspectos de destaque em relação ao cumprimento da frequência escolar deve-se levar em conta a idade dos filhos. A análise das entrevistas indica que quanto mais velhos são os filhos, mais difícil fica a tarefa de cumprir as condicionalidades em educação. Trata-se de um problema, uma vez que o repasse do dinheiro não é feito para o indivíduo, mas para a família. Se um adolescente não cumpre com a condicionalidade em educação, parte ou todo benefício da família pode ser suspenso. É preciso considerar, contudo, que os problemas em relação à permanência de jovens no ensino médio não são específicos dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Clarissa Neves, por exemplo, apoiada em pesquisa realizada em 2009, mostra que 40% dos jovens de 15 a 17 anos que deixaram de estudar o fizeram porque acham que a escola é desinteressante (NEVES, 2013, p. 282)

Outra razão, presente nas entrevistas, que colabora para as mães aceitarem muito bem as condicionalidades, relaciona-se com a contribuição do Estado no árduo papel de educar os filhos. Como visto no início desse texto, a maioria dos arranjos familiares que recebe o programa é chefiada por mulheres (oito das quinze entrevistadas compõem famílias monoparentais). Cabem a elas praticamente todas as tarefas relacionadas aos cuidados com os filhos, como cobrá-los pela saúde, higiene, escola, etc. Isso pode ser percebido na fala das entrevistadas, quando sugerem que deva existir maior fiscalização do governo em relação ao cumprimento da frequência, pois isso ajuda na tarefa de convencimento dos filhos. Não ficando somente a

cargo da mãe esta tarefa tida como difícil, de cobrar a frequência da criança, sobretudo, dos filhos mais velhos, uma vez que elas já negam muitas coisas às crianças cotidianamente. Vejamos como isso aparece na fala de uma entrevistada:

[...] eu acho que eles deveriam pegar mais no pé. Ser mais rígidos perante a isso, não é? Que nem eu falo para os meus filhos: se vocês não vão para escola os prejudicados vão ser vocês no futuro! Eu sempre estou orientando, mas deveria, sim ter uma fiscalização melhor! (CLEIDE, Ensino Médio, 5 filhos).

Um fato curioso, levantado nas entrevistas, é que embora todas considerem importante e relevante o PBF exigir a frequência escolar dos seus filhos, duas mães, no momento das entrevistas, estavam com seus benefícios suspensos por problemas relacionados ao cumprimento da frequência dos filhos na escola. Ambas justificam que é difícil manter os filhos estudando, porque estão na adolescência e a escola não é a principal atração para eles. Fato, também, evidenciado nas falas de Ana e Sandra, vistas anteriormente, que afirmaram que o dinheiro do benefício é mais importante para seus filhos adolescentes do que a própria escola:

Não, não! ... só mesmo com o meu mais velho que deu um probleminha não é? Que ia quando queria, depois saiu de uma vez. Adolescente não é? [...] (MARIA, analfabeta, 7 filhos).

Inclusive a minha filha repetiu esse ano por causa de falta. Ela falava pra mim que ia para escola, mas não entrava na escola (IRANI, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos).

No início das entrevistas com essas duas beneficiárias, elas falaram que estavam com o benefício suspenso por falta de recadastramento. Com o decorrer da conversa, ambas relataram que os filhos abandonaram a escola. Isso nos leva a considerar que, para elas, não foi interessante afirmar que, como mães, não deram conta de garantir a contrapartida exigida pelo programa relacionada à educação, e que isso remeteria a uma suposta dupla falência da entrevistada. A primeira, em relação ao programa, por não cumprirem o acordado quando se tornam beneficiárias. A segunda, enquanto mães, uma vez que em suas falas reproduzem a moralidade dominante de que frequentar a escola é muito importante para o futuro dos filhos e um dever dos familiares responsáveis pelas crianças.

Percepção das mães em relação à Educação

Em linhas gerais, observa-se que titulares acreditam que a educação trará possibilidades de mudança, de melhores oportunidades, seja para elas ou para o futuro dos seus filhos. Todavia, há diferenças em relação a estas expectativas quando se leva em conta a escolaridade das entrevistadas. Para aquelas com menor escolaridade, saber ler e escrever já representa grandes avanços, enquanto para outras, a esperança de retomar os estudos e algum dia alcançar um diploma universitário ainda se coloca como um projeto. Será visto também nesta parte que, para um conjunto importante de entrevistadas, mais importante do que a educação num sentido mais amplo, o que vai fazer a diferença no futuro em termos de melhores oportunidades são as chancelas escolares, materializadas nos diplomas.

Na avaliação de nove mães, ter estudo equivale a uma espécie de passaporte para um bom emprego, e, para seis das entrevistadas, representa algo mais, pois possibilita uma visão ampla que pode proporcionar diversas oportunidades, em muitas situações de vida, sendo o trabalho apenas uma destas.

Esta última acepção parece estar presente na fala de Cleide, ao relatar que se continuasse os estudos quando criança, talvez pudesse ter oportunidades melhores, já que o melhor cargo em que trabalhou foi na produção de uma indústria farmacêutica, ocupação percebida como muito simples. Para ela um bom trabalho seria aquele que teria funções mais nobres, com salários melhores e que tenha como pré-requisito uma formação prévia. Interessante nessa fala perceber o quanto esta entrevistada está sendo crítica com o ensino médio, que, na sua opinião, não é lá essas coisas. Mesmo ela, com ensino médio completo, não conseguiu algo melhor do que trabalhar no chão de fábrica. Porém, suscita que se tivesse faculdade, poderia ter alcançado outras oportunidades, muito melhores.

*Eu falo para minha mãe que era para eu, vai saber, **se não era para eu estar fazendo uma faculdade.** Porque assim nunca é tarde pra voltar a estudar. Mas não é a mesma coisa, muita coisa muda. Você vê que muita coisa se perde. Você perde um emprego bom, porque você não tem estudo! Isso tudo eu comecei a ver sabe! E o meu ex-marido também não tem sabe! Eu falei para ele voltar que é muito bom! Sabe! **Para você quem sabe conseguir alguma coisa? Você dizer assim que você tem estudo! Apesar, não é? Que eu tenho ensino médio. Mas o ensino médio, não é lá essas coisas!** (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos).*

Com efeito, a fala de Cleide, “vai saber, se não era para eu estar fazendo uma faculdade”, nos remete às observações de pesquisa realizada por Sueli Presta e Ana Maria Almeida junto a famílias de baixa renda de classe média e de classe média alta residentes num município paulista. Na visão das autoras, as transformações no sistema educacional brasileiro, mencionadas no item anterior, aumentaram as chances objetivas para que jovens de camadas pobres alcancem o ingresso no ensino superior. Todavia, como demonstram as pesquisadoras, esta possibilidade é vista sempre como algo “possível”, “desejável” e nunca como “natural” ou “automático” como é para os jovens das classes médias e altas.

Para os jovens dos grupos populares, no entanto, a realidade se apresenta de outro modo e percebem o ensino superior como algo que ainda está para ser garantido e que talvez esteja acima de suas forças. Daí a recorrência de expressões como “talvez” e “se der”. Esses jovens vão nomear menos frequentemente um curso preciso, falando mais genericamente em “fazer faculdade” (PRESTA; ALMEIDA, 2008, p. 407).

Para as entrevistadas com menor escolaridade, “ter estudos” está relacionado a uma condição básica da vida das pessoas, como entrar no mundo do letramento, poder ler e escrever. Podemos perceber essa compreensão de ter estudo na entrevista de Rose. Natural de Pernambuco, onde cursou até a quarta série do ensino fundamental (seu marido é analfabeto), respondeu da seguinte maneira quando perguntada, porque é importante frequentar a escola.

Por quê? Para aprender não é? Para aprender, estudar, fazer uma carta para uma namorada mais a frente. Não é? É muito bom! Porque eles não sabiam, não é? E agora só de eles lerem para mim! Porque eu tenho um pouco de dificuldade de ler. Agora eu digo para o meu filho: vem aqui! Veio um bilhete da escola e a mãe tá com dificuldade de ler aqui! Aí eles vão e dizem: não, mãe, deixa que eu leio para senhora. E eles leem para mim (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos).

Estas expectativas até certo ponto modestas em relação à educação oferecida pela escola também foram encontradas na pesquisa realizada em um município do Grande Rio de Janeiro junto a dez mulheres catadoras de um lixão, das quais apenas três tiveram um período significativo de permanência no sistema escolar.

Todas as entrevistadas reconhecem que para os filhos terem chances precisam da escola [...] Mas o termo “escolarização” é citado de forma vaga. Não se percebe uma aposta de que a escola promova grandes transformações na vida dos filhos. Suas expectativas são modestas. Gostariam que os filhos escapassem da forma de trabalho desqualificado, que pudessem viver de uma atividade limpa e honesta. Consideram que a escolarização dos filhos pode possibilitar isto (PAIXÃO, 2005, p. 165-166).

Interessante que, quando avaliamos as falas destas duas entrevistadas, Cleide e Rose, evidenciamos que ambas compartilham a esperança de que uma maior escolaridade irá transformar suas vidas, todavia com diferenças de conteúdo importantes. Mesmo crítica em relação à qualidade do ensino médio que cursou, Cleide deposita na faculdade a esperança de melhores oportunidades e, conseqüentemente, melhores condições de vida. A Faculdade, mesmo genérica, ainda está no âmbito do projeto familiar. Já Rose vê na escola a possibilidade de descobrir o mundo da leitura - o mínimo que se pode esperar de uma formação escolar. O olhar de Cleide pode estar relacionado ao fato de essa ter nascido e vivido toda a sua vida em Campinas, enquanto a outra veio de uma cidade do interior de Pernambuco, onde, segundo ela, a escola não é nada boa, e as oportunidades tanto de trabalho quanto de infraestrutura são praticamente inexistentes.

Porque lá [em Pernambuco] é uma professora só. É uma professora só e aqui é duas, três professora no dia. Aí, a criança sempre vai no ritmo daquela lição certinha! E lá não! É das 7 as 11, sempre com a mesma professora! (ROSE, Ensino Fundamental Incompleto, 4 filhos).

Tanto uma como outra, em face de suas experiências, demonstraram seus descontentamentos em relação ao sistema escolar. Cleide considerou que seu Ensino Médio “não foi lá essas coisas”, pois até o momento não conseguiu nenhuma boa oportunidade por ter essa escolaridade. Rose relata que na cidade onde nasceu e se criou, local onde frequentou a escola na infância, o ensino era muito precário, pois era uma professora para várias crianças de diferentes séries, todas num mesmo ambiente, fato que tornava impossível alguém aprender algo. No entanto, ambas permanecem com a esperança depositada numa maior escolaridade como uma porta para mudar a situação familiar, principalmente no que se refere a melhorias de renda e acesso a melhores oportunidades.

Neste sentido, aquilo que parece mais importante para quem tem estudo não é tanto o que de fato se aprendeu na escola, mas ter passado pelos ciclos escolares

e ter obtido diploma. A chancela dada pelo diploma, seja no ensino fundamental, médio ou universitário, é o que, na avaliação destas entrevistadas, fará a diferença:

Aí, eu comecei a estudar e falar que eu tinha o ensino médio. Você começa a falar que você está estudando! As pessoas te abrem as portas! Te dão oportunidade de você estar descobrindo aí novas oportunidades na vida (CLEIDE, Ensino Médio Completo, 5 filhos).

Se for esperto muda tudo! Porque o estudo hoje, tudo o que você vai fazer precisa do estudo! Qualquer emprego, qualquer coisa precisa ter o estudo! Mesmo você tendo a sabedoria! Que nem eu, não sou burra! Não é? Eu sei fazer as coisas! Mas se você não tiver o diploma pra comprovar que você tem! As coisas não vão! (LARA, Ensino Fundamental Completo, 5 filhos).

Muda bastante no currículo! Você vê um currículo que tem faculdade disso, daquilo, e tem aquela ali que só tem o terceiro ano! Você vai pegar aquele currículo que tá mais preenchido! Não vai pegar aquele currículo que não tem nada! Não é? Amassa e joga no lixo! Já não dá aquela oportunidade que, às vezes, aquela pessoa também tem muitas coisas para apresentar! Não estudou, mas aprendeu na raça! (SOL, Ensino Médio Completo, 2 filhos).

Para finalizar esta seção, torna-se sugestivo cotejar estas falas que privilegiavam as chancelas escolares, quase em detrimento da suposta qualidade do ensino oferecido, com os resultados da pesquisa de Nogueira junto aos ex-usuários da rede pública cujos filhos pela primeira vez frequentam escolas privadas. Depoimentos coletados pelo autor com integrantes da chamada “nova classe média” residentes no município de Belo Horizonte (MG) demonstram:

[...] que a qualidade do ensino ofertado não constitui o critério principal para a escolha do estabelecimento de ensino [particular]. No cerne das decisões parentais preponderam, de fato, elementos como a preocupação com a segurança dos filhos (dentro do estabelecimento e suas adjacências), com o público atendido (as “boas e más companhias”), com as condições disciplinares (a ordem reinante em sala de aula), com o tratamento dispensado ao aluno (individualizado ou massificado) [...] De fato, ao que tudo indica, o nível de qualidade das escolas frequentadas não se afasta drasticamente daquele oferecido pela rede pública (NOGUEIRA, 2013, p. 127).

Comentários finais

Este artigo, como já afirmado na sua introdução, teve como objetivo compreender como se estabelece a relação entre frequência escolar e saída da pobreza de acordo com os pontos de vista das titulares do Programa Bolsa Família (PBF), residentes na região sul do município de Campinas (SP). Em sentido complementar, buscou compreender o papel da participação do Programa Bolsa Família na melhoria de vida, de acordo com as visões das entrevistadas.

Em relação à exigência de frequência escolar mínima para se obter os benefícios do Programa Bolsa Família, as falas das entrevistadas corroboram a compreensão de que as contradições parecem ter mudado de lugar. A expansão e quase universalização do acesso de crianças e jovens no ensino fundamental de alguma maneira estão presente nas falas das entrevistadas, uma vez que nenhuma verbalizou dificuldades no sentido de não conseguir vagas ou problemas do acesso à escola para

seus filhos. Treze das quinze entrevistadas afirmaram que seus filhos estariam na escola mesmo se não estivessem participando do Programa Bolsa Família.

Importante ressaltar dois aspectos inter-relacionados que vieram à tona a partir das entrevistas. Primeiro, um interessante sentido simbólico atribuído pelas mães à exigência de frequência escolar por parte do programa. As entrevistadas não apenas concordam com esta exigência como também a utilizam no árduo papel de educar seus filhos. O ímpeto para maior fiscalização em relação ao cumprimento das condicionalidades em educação pode estar relacionado a este sentimento de ajuda, por parte do Estado, na tarefa de convencer os filhos mais velhos da importância de ir para a escola. Em sentido complementar, as entrevistadas denotaram dificuldades para cumprir esta exigência conforme avança a idade dos filhos. Duas entrevistadas estavam nesta situação. Considerando que o benefício é pago para toda a família e que parte deste pode oscilar em função da falta de interesse dos filhos mais velhos em ir para a escola, algo que atinge não apenas os beneficiários do PBF, esta questão nos parece merecer maior atenção.

No tocante à compreensão sobre a educação e o papel que esta desempenha no enfrentamento da pobreza, as mães expressam a convicção de que a educação trará possibilidades de mudanças, seja para elas, seja para seus filhos. No entanto, com diferentes matizes que se relacionam com a própria escolaridade das entrevistadas. Para algumas mães, a possibilidade de um dia elas ou seus filhos fazerem alguma faculdade “genérica” ainda faz parte dos planos. Para outras, a possibilidade de entrar no mundo do letramento e das equações básicas. No entanto, as respostas denotam certa insatisfação com a qualidade do ensino oferecido e, relacionado a esta compreensão, expectativas modestas sobre a educação oferecida. Mais importante do que os conteúdos e vivências da escola, o que parece de fato fazer a diferença é passar pelos ciclos escolares e obter o diploma.

Como mencionado na introdução, não faz parte do desenho do PBF interferir ou oferecer um conjunto de ações relacionado à qualidade da educação. Assim, não seria lícito cobrar do PBF resultados numa área para a qual este não buscou atuar. De igual maneira, não temos a pretensão de negar os inequívocos ganhos materiais e simbólicos que a transferência monetária do benefício propiciou e proporciona às famílias que dele participam. Todavia, a fala das beneficiárias sugere que para se superar a pobreza intergeracional, esta sim presente na intenção dos formuladores do PBF, será necessário mais do que cobrar frequência escolar das crianças que participam do programa. O caminho para enfrentar este desafio, como atestam as entrevistas, em algum momento deverá passar pela melhoria da qualidade da educação pública.

Referências

- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- CAMARGO, J. M. D. Pobreza e garantia de renda mínima. **Folha de São Paulo**, 26 de Dezembro de 1991.
- CAMPELLO, T. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In: CAMPELLO, T.; CORTÊS, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.
- CASTEL, R. **El asenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- COHN, A. **Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.
- DRAIBE, S. Programas de Transferência Condicionadas de Renda. In: CARDOSO, F. H.; FOXLEY, A. **América Latina Desafios da Democracia e do Desenvolvimento: políticas sociais para além da crise**. v. II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FEIJÓ, A. P. S. **Programa Bolsa Família: relação entre frequência escolar e saída da pobreza a partir da visão de beneficiárias residentes na região Sul de Campinas (SP)**. 2014. 111p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação. Campinas: PUC-Campinas, 2014
- FONSECA, A. M. M. D. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de Renda no Brasil. **Novos Estudos**. No 79, p. 5-21, 2007.
- MINAYO, M. C. D. S. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233-238, 1991.
- NEVES, C. B. Trajetórias Escolares, Famílias e Políticas de Inlusão Social no Ensino Superior Brasileiro. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & Escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 278-311.
- NOGUEIRA, M. A. No Fio da Navalha: a (nova) classe média brasileira e a sua opção pela escola particular. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & Escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- OLIVEIRA, R. P. D. Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.
- PAIXÃO, L. P. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 141-170, 2005.
- PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades do Programa Bolsa Família? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, jul/set 2013. 513-532.
- PIRES, A. O Programa Bolsa Família no contexto das políticas de proteção dos Estados de Bem-Estar Social: apontamentos para discussão. **Impulso, Piracicaba**, v. 23, n. 58, p. 91-101, 2013.
- PIRES, A. Efeitos da Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 170-196, abr./ago. 2013b.
- PRESTA, S.; ALMEIDA, A. M. F. Fronteiras Imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens dos grupos populares e médios. **Educação & Sociedade**, vol. 29, no 103, p. 401-424, 2008.
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.
- ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SÃO PAULO. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). São Paulo, p. 20. 2010.
- SCHWARTZMAN, S. Bolsa Família: mitos e realidades. **Interesse Nacional**, Dezembro 2009.
- SILVA, M. O. D. S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2007.

SUPLICY, E. **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMIZAKI, K. Abordagem Geracional no estudo das Relações entre Família e Escola. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & Escola**: novas perspectivas de análise. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 3, p. 83-106.

VANDERBORGHT, Y.; VAN PARIJS, P. **Renda Básica de Cidadania**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.